



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
IBIRAMA - COORD.COMPRAS, LICIT.E CONTRAT

DECISÃO Nº 16 / 2022 - CCLIC/IBI (11.01.10.01.02.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Ibirama-SC, 27 de setembro de 2022.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo n.º 23474.001049/2022-22

REFERÊNCIA: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 132/2022**

OBJETO: Eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de telhamento, retirada de telhas, instalação de calhas e rufos, com fornecimento de mão de obra, material e ART, bem como serviços de desratização, dedetização e limpeza de caixa d'água, para o Instituto Federal Catarinense ? Campi Ibirama, Brusque, Araquari, Camboriú, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Videira, e Campi Avançados de Abelardo Luz e Sombrio.

I. DAS PRELIMINARES:

1. Impugnação interposta tempestivamente pela empresa [REDACTED], com fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2. A empresa impugnante contesta especificamente os requisitos de habilitação do pregão supracitado, argumentando:

2.1 que o item 9.11.1.3 (exigência de licença ambiental para funcionamento) deve ser retirado do texto do edital, tendo em vista que

Os serviços de Dedetizadora e Controladora de Pragas Urbanas não se encontra na Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental no estado de Santa Catarina? relacionadas na Resolução CONSEMA Nº 13/2012, e na Resolução COMDEMA Nº 04/2021, que regulamentam as atividades passíveis de licenciamento e cadastro ambiental no âmbito estadual e municipal, e nem no Anexo I da Resolução CONAMA Nº 237/97 no âmbito nacional

2.2 que o item 9.11.1.4.1 (exigência de atestado de capacidade técnica de 3 anos), deve ser retirado do edital, em razão da exigência extrapolar o limite apresentado pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, argumentando ainda que:

Como garantir a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, se a exigência impossibilita empresas com menos de 3 anos de existência participar do certame?

Como garantir tratamento isonômico, se a exigência pode retirar da disputa empresas que tem as devidas condições e qualificações técnicas, mas não possuem a comprovação exigida por causa do seu tempo de existência?

Que justiça há em exigir no mínimo 3 anos de experiência, em um serviço continuado que tem duração de (apenas) 12 meses, impedindo empresas com todas as qualificações necessárias de participar?

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

3. Requer a Impugnante o pedido seja deferido e que o edital seja republicado com as alterações necessárias.

IV. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

4. Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o Decreto 10024/2019, em seu artigo 24, bem como o próprio edital em seu item 23.1, dispõe: "Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital?".

5. O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail, sua impugnação ao IFC ? Campus Ibirama, órgão gerenciador do certame, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

6. Quanto ao mérito, dividiremos a análise em dois pontos, visto que trata-se de dois pedidos de inclusão de requisitos habilitatórios distintos.

7. Primeiramente trataremos da exigência da Licença Ambiental de funcionamento. Realmente a legislação atual não prevê a atividade de controle de vetores e pragas urbanas como passível de exigência de licença ambiental, entretanto, em aprofundada análise da legislação acerca do tema, esta pregoeira verificou a ausência de um documento que a própria ANVISA, na Resolução - RDC Nº 52/2009, previu, que é a necessidade da inscrição da empresa e do responsável técnico devidamente registrados no conselho profissional competente, o que precisa passar a ser exigido.

8. Com relação ao segundo ponto da impugnação apresentada, primeiramente se faz necessário esclarecer que este certame não está regulado pela Lei 14.133/2021, visto que, o art 193 da mencionada Lei, determina que:

Art. 193. Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após

decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

Tendo em vista a publicação da lei em 1º de abril de 2021, tanto a Lei 8666/93, quando a Lei 10.520/2002, permanecem vigentes, e o próprio preâmbulo deste Pregão informa que o Pregão 132/2022, acontecerá nos termos da Lei 10520/2002.

9. A Instrução Normativa SEGES/MPGG 5/2017 determina que:

*10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração **poderá** exigir do licitante:*

(...)

*b) comprovação que já executou objeto **compatível, em prazo**, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados; (sem grifos no original)*

ou seja, em partes a impugnante se mostra correta, não pela fundamentação legal utilizada, mas sim pelos argumentos apresentados, a exigência da IN é relativa, quando diz que o órgão "poderá" exigir comprovação, e que está deverá ser "compatível em prazo com o que se está sendo licitado", ou seja, a contratação é para um ano (sim, podendo ser prorrogada, mas inicialmente apenas de um ano) e com serviços sendo prestados apenas semestralmente, e não diariamente, por exemplo.

V. DECISÃO

10. Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa [REDACTED], para, no mérito, **dar-lhe provimento**, nos termos da legislação pertinente, e com base nos esclarecimentos prestados acima. Diante do exposto, o edital deverá ser retificado e republicado, conforme determinação legal.

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 15:53)

EDNA MANUELA HAS DE SOUZA SCHOEFFEL
COORDENADOR - TITULAR
CCLIC/IBI (11.01.10.01.02.04)
Matrícula: 2085355

Processo Associado: 23474.001049/2022-22

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **16**, ano: **2022**, tipo: **DECISÃO**, data de emissão: **27/09/2022** e o código de verificação: **2551c39664**